

Universidade de Brasília
Departamento de Economia
Disciplina: Economia do Trabalho
Professor: Carlos Alberto
Período: 2/10
Primeira Prova

Questões

1. O seguro-desemprego é normalmente associado a um benefício que introduz inflexibilidades no mercado de trabalho. Um indivíduo que recebe seguro-desemprego não aceitaria uma oferta de trabalho por um salário que, no mínimo, seja inferior ao valor do benefício (em realidade o salário teria que ser superior, uma vez que não trabalhando estaria aumentando a seu bem-estar, dado que o “não-trabalho” estaria sendo identificado como lazer e o lazer aumenta a utilidade). Essa inflexibilidade seria um “custo” para a sociedade, uma vez que elevaria o desemprego.

Essa é a visão crítica do seguro-desemprego. Suponha que você é um economista, assessor(a) do movimento sindical e tem que apresentar algum tipo de defesa do seguro-desemprego. Desenvolva um argumento a favor de um sistema de seguro-desemprego.

(Esta questão vale um ponto. O argumento teria que ser um argumento econômico. Ou seja, não valem argumentos do tipo: o seguro-desemprego reduz a pobreza, não se pode culpabilizar o desempregado pelo seu desemprego, etc. O argumento apresentado tem que ser econômico, não social, político, de cidadania, etc.)

Resposta: os exemplos podem ser vários. Um sistema de seguro-desemprego bem desenhado poderia elevar a eficiência alocativa no mercado de trabalho, uma vez que um indivíduo desempregado poderia esperar encontrar uma vaga que esteja em consonância com seu capital-humano. Outro argumento seria o de estabilizador automático do ciclo macroeconômico. Quando aumenta o desemprego aumentam os gastos públicos anti-cíclicos (via pagamento do seguro-desemprego) e tenderia a ser atenuado a variabilidade do nível de atividade.

2. Na última **The Economist** (October 23-20, 2010, pag. 82), falando sobre África do Sul, essa revista sustenta: “South African labour laws make it hard to fire workers, which deter companies from hiring them in the first place” (Em tradução livre: a legislação sul-africana impõe custos aos desligamentos, fato que inibe as contratações) Esse é um argumento muito utilizado para, por exemplo, criticar a legislação brasileira. Nesta, quando um empregador desliga

um assalariado sem justa causa, tem um ônus de um mês de aviso prévio e uma “multa” de 40% sobre o saldo do FGTS. Na medida em que tem custos de desligamentos, as firmas não contratam. Ou seja, um sistema que, teoricamente, teria como objetivo “proteger” os trabalhadores (ou, em outros termos, outorgar algum tipo de benefício financeiro a um assalariado que vai ser desligado) seria, na realidade, contrário aos interesses dos assalariados, uma vez que reduz as contratações (ou, no caso específico do Brasil, aumenta as contratações informais).

Suponha que você tem que criticar essas argumentações. Desenvolva algum tipo de raciocínio que fundamente benefícios (benefícios econômicos, não apresente argumentos de “cunho social”) para a sociedade de um marco legislativo que imponha custos aos desligamentos.

(Esta questão vale um ponto e tem que ser apresentados argumentos econômicos, não sociais, políticos, etc.)

Resposta: outra vez, podemos imaginar vários exemplos. Impor custos aos desligamentos tem como corolário que os desligamentos, nas primeiras fases de um ciclo recessivo, sejam mais tênues. Logicamente, na recuperação, nas suas primeiras fases, as contratações seriam também mais modestas. Ou seja, o nível de emprego seria menos sensível ao ciclo macroeconômico. Um nível de emprego mais estável ou, em outros termos, relações empregador-empregado mais duradouras, podem induzir a maiores investimentos em capital humano por parte das firmas ou, simplesmente, a uma maior acumulação de capital humano específico por parte do indivíduo. Maior acumulação de capital humano pode aumentar o crescimento potencial da economia.

3. Estudamos na sala de aula duas formas de medição da pobreza. Uma alternativa seria mediante o estabelecimento de uma linha monetária de pobreza. Os indivíduos que apresentam uma renda familiar *per-cápita* inferior a esse patamar mínimo seriam considerados pobres. Outra alternativa consiste na metodologia denominada de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), que estabelece um conjunto de patamares mínimos em diversas dimensões (monetária, habitação, saneamento, etc.). Uma terceira, só mencionada *em passant* na sala de aula, diz respeito a uma linha relativa. Por exemplo, seriam pobres aqueles que apresentem uma renda familiar *per-cápita* que seja 50% da renda familiar *per cápita* mediana. Esta é uma metodologia utilizada, por exemplo, pela OCDE.

Critique a consistência interna deste último tipo de metodologia

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: exceto em casos de sociedades igualitárias, sempre vão existir pobres. Em realidade, uma linha relativa mede mais a desigualdade que a

pobreza. Por exemplo, se supomos que os decis mais baixos da distribuição são os pobres, sempre vamos ter decis baixos, exceto no hipotético caso de toda a população ter o mesmo nível de renda. Por outra parte, podemos ter o caso de um período recessivo no qual a renda dos decis superiores caia mais que os outros e, assim, teríamos uma redução da pobreza. Neste tipo de situação vemos o inconsistente de uma linha de pobreza relativa.

4. Suponha que a produtividade não muda. Qualifique como verdadeira ou falsa a seguinte afirmação: “Uma vez que a quantidade de desocupados permaneceu constante no ano, os dados a serem divulgados pelo IBGE sobre PIB vão indicar uma estagnação do nível de atividade”

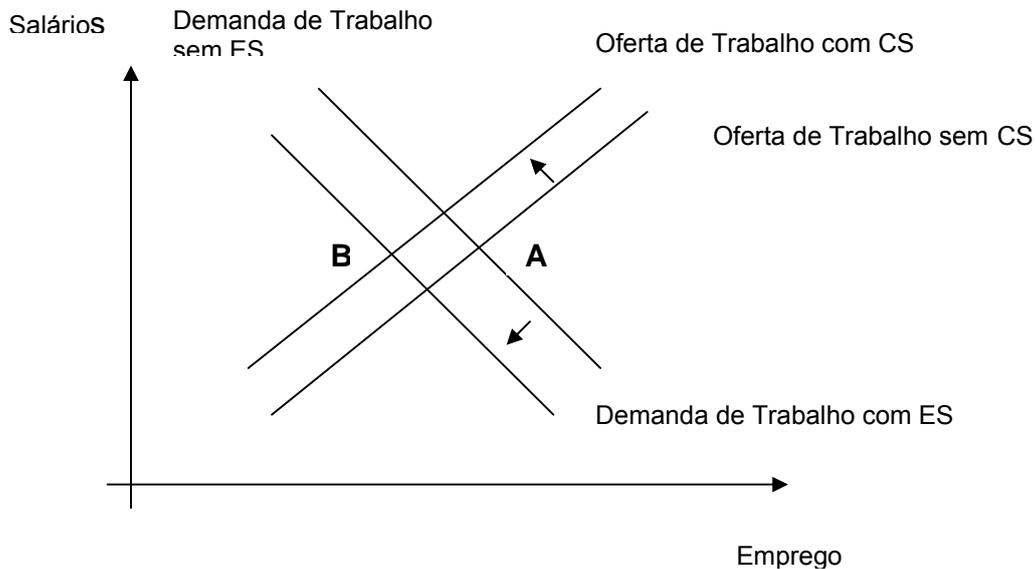
(Não precisa justificar a resposta. Somente falar se é verdadeira ou falsa. Esta questão vale um ponto no caso de uma escolha certa. Não conta pontos no caso de não ser respondida e desconto um ponto no caso de uma resposta errada)

Resposta: falsa. A quantidade de desocupados pode ter permanecido constante mas o número de ocupados pode ter aumentado e, dado que a produtividade permaneceu constante, o PIB deve ter apresentado elevação. Logicamente, também pode ser factível uma situação na qual o número de desocupados permaneceu constante e o número de ocupados caiu e, dada a produtividade, o PIB permaneceu também caiu. Mas a afirmação é falsa uma vez que não posso deduzir que o PIB permaneceu necessariamente constante devido a que número de desocupados permaneceu constante.

5. Estudamos na sala de aula o modelo básico de oferta e demanda de trabalho. Esse modelo não contemplava nem encargos sociais nem deduções de impostos ou contribuições sobre os salários recebidos pelos trabalhadores. Temos, assim, que os custos para os empregadores são $w(1+EC)$, onde EC é a taxa de encargos sociais sobre os salários. Do lado dos trabalhadores, temos que o salário que ele recebe é $w(1-CE)$, onde CE são as taxa de cotizações sociais. Analize, mediante gráficos, o novo equilíbrio e compare com o que teríamos na ausência de EC e CE .

(Esta pergunta vale dois pontos e tem que estar fundamentada através de um gráfico. Para não complicar a exposição, vamos supor que o nível de preços é igual a 1 ($P=1$)).

Resposta: no Gráfico, passamos do ponto A para o ponto B. O nível de emprego cai, uma vez que a curva de demanda de trabalho se desloca para a esquerda e a curva de oferta de trabalho para a direita. O nível de emprego cai, como acabamos de afirmar, mas fica ambíguo o novo nível de salário de equilíbrio.



6. A demanda de trabalho se deduz de um processo de maximização de lucros no qual está incluída uma função de produção com estas características: $Q = F(L, K)$, com $Q_L > 0$ e $Q_{LL} < 0$. O capital está representado por K e o trabalho por L . A variável L representa:

- o custo do fator trabalho;
- o número de pessoas em condições de trabalhar e com a qualificação requerida pelo posto de trabalho;
- o número de trabalhadores ou horas-homem em uma jornada normal de trabalho;
- a massa de salários a ser paga pela firma;
- o número de trabalhadores corrigido pela produtividade de cada um deles;
- L , em realidade, representa a produtividade do trabalho em termos gerais assim, quando derivamos, obtemos a produtividade marginal do trabalho que, no ponto de maximização, deve ser igual ao salário real.

(Só uma das alternativas é verdadeira. Pode escolher uma delas. Em caso da escolha estar certa, ganha um ponto, em caso de estar errada perde um ponto. Não respondendo não perde nem ganha pontos).

Resposta: c

7. Responda se a seguinte afirmação é verdadeira ou falsa: “ Segundo a Teoria do Capital Humano, um aumento no nível de escolaridade de um indivíduo

leva, necessariamente, a um aumento da produtividade que se vai traduzir, também necessariamente, em uma elevação no seu nível de rendimentos”

(Não precisa justificar a resposta. Somente falar se é verdadeira ou falsa. Esta questão vale um ponto no caso de uma escolha certa. Não conta pontos no caso de não ser respondida e desconto um ponto no caso de uma resposta errada)

Resposta: falsa. Depende da evolução da demanda e oferta de trabalho para esse tipo de qualificação. Um maior nível de qualificação não leva, inexoravelmente, a uma elevação nos rendimentos.

8. Na sala de aula mencionamos, em diversas oportunidades, o modelo básico, no qual uma firma maximizadora de lucros, em concorrência perfeita no mercado de trabalho (ou de fatores de produção) e de produto, iguala a produtividade marginal do trabalho ao salário real ou, alternativamente, iguala o salário monetário ao valor da produtividade marginal do trabalho. É fácil adaptar esse modelo de referência a situações nas quais uma firma tem o monopólio no mercado de produto ou possui um monopsonio no mercado de trabalho (é a única empregadora). Vamos trabalhar no caso de uma firma ter o monopsonio no mercado de trabalho. Nesse caso, o salário que ela paga não pode ser tido como dado (exógeno), senão que depende da quantidade de trabalhadores que demanda. Ou seja, $w(L)$ e $w' > 0$. Obtenha o ponto de equilíbrio nesse novo contexto (firma maximizadora de lucros e monopsonista no mercado de trabalho) e determine os nexos entre o valor da produtividade marginal do trabalho e o salário monetário (ou, o que seria o mesmo, entre o salário real e a produtividade marginal do trabalho)

(Esta questão vale dois pontos. As conclusões devem ser obtidas mediante a mesma metodologia que utilizamos para provar que produtividade marginal do trabalho deve ser igual ao salário real no ponto em que a firma maximiza lucros)

Resposta: no caso de um monopsonio no mercado de trabalho, temos que a equação de lucros é:

$$\pi = P Q(L) - w(L) L$$

Derivamos com respeito a L e temos que:

$$\pi' = P P_{MaL} - w' L - w = 0$$

Assim, temos que: $P P_{MaL} > w$ ou, em outros termos, o valor da produtividade marginal do trabalho é superior ao salário monetário (ou, alternativamente, a produtividade marginal do trabalho é superior ao salário real).

